

Guerra justa, injusta e assimétrica: uma abordagem crítica das normas internacionais da guerra

Fair, unfair and asymmetrical war: A critical approach of the international norms of the war

Douglas de Castro¹

Fundação Getulio Vargas, Brasil

dougcastro@gmail.com

Resumo

A guerra é uma variável inerente ao sistema internacional desde a Paz de Vestfália, sendo apresentada pelos Estados como uma questão de sobrevivência. Essa retórica dos Estados se constitui em uma luta ideológica promovida no sistema internacional para justificar a expansão europeia sob o argumento da missão civilizadora, que ainda é utilizado em nossos dias pelos Estados poderosos para justificar a universalização intimidante e arrogante da democracia e dos direitos humanos. Para justificar racionalmente a guerra, é necessário criar um direito que possa garantir a realização do interesse nacional dos Estados pela via expansionista, ao mesmo tempo que consolida essa ideologia nas instituições internacionais para garantir que sua legitimidade possua bases científicas e racionais. No entanto, a resistência, fora das bases criadas pelo direito internacional de natureza colonial, faz com que os opositores se tornem marginais ou criminosos, não levando em consideração a natureza de suas demandas. Assim, o presente trabalho pretende apontar de forma crítica a utilização do direito internacional para promover processos de colonização jurídica e política que submete os Estados do Sul Global a uma dependência de valores que desconsidera a complexidade e variedade da formação da identidade desses povos.

Palavras-chave: Direito internacional, guerra, colonialismo, resistência.

Abstract

The war is an inherent variable in the international system since the Peace of Westphalia, being presented by the States as a matter of survival. This rhetoric of states constitutes an ideological struggle promoted in the international system to justify the European expansion under the argument of the civilizing mission, which is still used today by powerful states to justify the intimidating and arrogant universalization of democracy and human rights. To rationally justify war, it is necessary to create a right that can guarantee the national interest of states in an expansionist way, while consolidating

¹ Fundação Getulio Vargas. Escola de Direito de São Paulo. Rua Rocha, 247, Bela Vista, 01330-000, São Paulo, SP, Brasil.

this ideology in international institutions to ensure that its legitimacy has scientific and rational bases. However, resistance, outside the bases created by the international law of a colonial nature, causes opponents to become marginal or criminal, not considering the nature of their demands. Thus, the present work intends to critically point out the use of international law to promote processes of legal and political colonization that subjects the States of the Global South to a dependence of values that ignores the complexity and variety of the identity formation of these peoples.

Keywords: International law, war, colonialism, resistance.

Generals gathered in their masses,
Just like witches at black masses
Evil minds that plot destruction,
Sorcerer of death's construction
In the fields the bodies burning,
As the war machine keeps turning
Death and hatred to mankind,
Poisoning their brainwashed minds.
(*War Pigs*, 1970, Black Sabbath)

Introdução

H.G. Wells em seu livro *The War that Will End War* afirmou de forma equivocada que a Primeira Guerra Mundial “[...] is already the vastest war in history. It is war not of nations, but of mankind. It is a war to exorcise a world-madness and end an age” (Wells, 2015, p. 7). O fenômeno da guerra não foi exorcizado, tornando-se mais complexo em termos da capacidade militar, tecnologia e envolvimento de atores não-estatais.

Uma variável parece não ter mudado e acompanha o sistema internacional desde Vestfália, qual seja, os Estados apresentam a guerra para sua população como um drama entre opostos: o bem e o mal; o eles e o nós; vitória e derrota (Fisk, 2007).²

Esta retórica dos Estados se constitui em uma luta ideológica promovida no sistema internacional para justificar a expansão europeia sob o argumento missão civilizadora, que ainda é utilizado em nossos dias pelos Estados poderosos. O racional utilizado para a expansão é a ideia dos valores e verdades universais que a lei natural impõe a todos, portanto, o tom costuma ser moralista, intimidador e arrogante. Segundo Immanuel Wallerstein, o apelo ao universalismo assume três formas: de que a política seguida pelos líderes do mundo pan-europeu defende os direitos humanos e a demo-

cracia; de que há um choque civilizacional; e a que a economia de mercado é a única alternativa, restando somente aos governos aceitar e agir de acordo com o neoliberalismo (Wallerstein, 2007, p. 26).

Neste sentido, observa-se que a imposição de uma ideologia passa a ser fundamental para garantir a realização do interesse nacional dos Estados pela via expansionista, ao mesmo tempo que consolida esta ideologia nas instituições internacionais para garantir que sua legitimidade possua bases científicas e racionais. Portanto, trata-se de um processo político intencional que encontra resistência fora dos círculos pan-europeus, o que coloca o desafio de vencer esta resistência. A retórica se modificou pouco desde o século XIV:

The best defense of our security lies in the spread of our values. But we cannot advance these values except within a framework that recognizes their universality. If it is a global threat, it needs a global response, based on global rules (British Political Speech, 2004).³

Pode-se observar embate ideológico nos aspectos relacionados a guerra.

A guerra é um fenômeno político que depende em parte da formação de identidades. Se na dimensão interna há um fluxo de acordos normativos entre o processo de construção de identidade e a legitimação política, na dimensão internacional este fluxo se dá pelo Direito Internacional. Nas duas dimensões o resultado é o mesmo: a formação de uma comunidade moral em que a identidade política dominante que permite distinguir o “nós” do “eles”, que no primeiro caso é a identidade do cidadão/nacional e no segundo caso a de nação civilizada. Este é o um dos possíveis significados que Hans Morgenthau quis atribuir ao afirmar que a guerra é a continuação da política por outros meios (Morgenthau et al., 2005).⁴

² Sobre o Tratado de Vestfália ver Cavendish (1998). Ver também: Silva e Picinini (2015).

³ Trecho do discurso proferido por Tony Blair em 5 de março de 2004. Ver texto integral em British Political Speech (2004).

⁴ Para Keegan (1994, p. 18), a tradução de “des politischen Verkehrs mit Einmischung anderer Mittel” e na verdade que a guerra é a continuação das relações políticas com a entremistura de outros meios, ou seja, trata-se de um fenômeno bem mais complexo que a frase propagada pretender informar.

Como conciliar as visões de mundo que as civilizações possuem e que, muitas vezes, não são compatíveis com as construídas pelo Ocidente? Como é vista a resistência destas civilizações às formas contemporâneas e sutis de colonização? A resposta aos questionamentos gera implicações importantes na esfera dos direitos humanos e fundamentais, especialmente no direito de oposição a qualquer forma de colonização e de resistência à opressão, direitos estes que foram ao longo do período histórico desde a Revolução Francesa desaparecendo do direito positivo.

Portanto, nossa hipótese de pesquisa é a de que a regulamentação jurídica internacional do fenômeno da guerra que se observa após a Segunda Guerra Mundial é intencional para se conter a “selvageria” dos povos não-civilizados, ou seja, o seu desenvolvimento e aplicação é necessária para reforçar o discurso de uma pseudo reciprocidade entre os Estados para civilizar a guerra, servindo assim para a constituição de uma base ideológica no sentido da construção de instituições pan-europeias e ocidentais que possam trazer ordem ao caos no sistema internacional.

Com este objetivo fixado, o desenho da pesquisa privilegia uma metodologia de caráter qualitativo⁵, que é por essência aquela utilizada nas ciências sociais, tendo em vista a natureza altamente complexa dos fenômenos sociais, que na sua grande maioria não podem ser entendidos e/ou analisados por uma abordagem quantitativa (Marconi, 2010).

Quanto ao estatuto epistemológico, como se percebe, adotamos o método de abordagem hipotético-dedutivo que buscará testar empiricamente as conjecturas feitas a partir de dados e análises iniciais do tema vis-à-vis a necessidade de questionamento ante ao conhecimento posto sobre o tema (King et al., 1994).

Como método de procedimento escolhemos o estudo de caso, adotando a guerra como uma das dimensões da política e do direito internacional. Deste modo, o presente trabalho terá como articulação teórica um viés crítico de análise dos discursos que são proferidos pelas grandes potências mundiais ocidentais no sentido de que cada vez mais se regulamente a forma com que

as guerras são tratadas pelo direito internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, o que traria para a guerra abordagens estratégicas semelhantes ante à regulamentação e, portanto, suas chances de vencer serão maiores e qualquer pessoa que não se encaixe no padrão estabelecido pelo direito da guerra como colocado atualmente não é considerado combatente, mas sim um bandido, independentemente de sua motivação (Mack, 1975; Arreguin-Toft, 2005).⁶ Com isso espera-se o desenvolvimento de uma nova teoria de médio-alcance que possa extrapolar para outras dimensões da política internacional, como por exemplo, o desenvolvimento (Yin, 2013).

A técnica de pesquisa utilizada é a análise de conteúdo dos tratados e convenções e declarações oficiais sobre a guerra (Bardin, 2011; Krippendorff, 2012). A investigação utilizando a técnica de análise de conteúdo seguirá o caminho sociológico-jurídico⁷ que consiste na análise do *texto* (letra da lei); *subtexto* (os aspectos morais da lei; significados profundos ou implícitos); e *contexto* (a forçosa conexão da lei com a realidade) (Perry-Kessaris, 2012).⁸ Diante da complexidade, quantidade e variedade do material coletado adota-se como instrumento de apoio um *Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software* (CADQAS) chamado *ATLAS.ti*.

As dimensões do contexto e subtexto do direito da guerra

Nesta parte do trabalho desenvolvemos o quadro teórico em que a hipótese é construída baseado na política e no direito internacional, apresentando uma análise crítica sobre o tema da guerra na intersecção destes dois campos do conhecimento. No que tange à metodologia do trabalho, além de fixar a literatura de base sob a qual a nossa hipótese é construída, aplicaremos as dimensões do contexto e subtexto aos campos da política e direito internacional com vistas a enxergar no texto da lei o reflexo da ideologia colonialista que ainda permeia as instituições internacionais.

Norman Angell, um racionalista e individualista, afirmou com insistência que a guerra não compensa.

⁵ A sociologia, talvez mais que a ciência política, abraçou uma perspectiva “qualitativa”, mas muitos trabalhos ditos qualitativos são, apenas, trabalhos não-quantitativos. Muitos se esquecem que há métodos qualitativos rigorosos, e confundem ensaísmo com trabalhos que usam métodos qualitativos.

⁶ Pode-se afirmar que trata-se de buscar uma explicação histórica que [...] aims at showing that the event in question was not “a matter of chance,” but was to be expected in view of certain antecedent or simultaneous conditions (Hempel, 1941, p. 44).

⁷ “First, what is approached? Socio-legal approaches consider not only legal texts, but also the contexts in which they are formed, destroyed, used, abused, avoided and so on; and sometimes their subtexts. Second, how is socio-legal thinking and practice undertaken? It is interdisciplinary, drawing (analytically) on the concepts and relationships and (empirically) on the facts and methods of the social sciences, and sometimes the humanities. Third, why is socio-legal thinking and practice undertaken? Socio-legal approaches to international economic law aim to understand legal texts, contexts and subtexts, sometimes for the objective purpose of achieving clarity, sometimes with a view to changing them” (Perry-Kessaris, 2012, p. 6).

⁸ “It is an essential task of any complete theory of society to investigate not just social institutions and practices, but also the beliefs agents have about their society – to investigate not just the social reality in the narrowest sense, but the social knowledge which is part of that reality” (Geuss, 1981, p. 56).

Embora ela promova uma redistribuição de recursos, para ele é o trabalho e não a guerra que cria riqueza para a humanidade (Angell, 2015). Sob a ótica das civilizações e não da nação-estado ela nunca compensou, no entanto, porque ela é tão recorrente?

Se ela não compensa, em qual nível de análise poderíamos encontrar a racionalidade e justificação para suas causas: no indivíduo ou grupo de indivíduos governantes do Estado; no próprio Estado em fatores internos tendentes ao interesse nacional e autopreservação; no sistema internacional que impõe constrangimentos para a sobrevivência do Estado?

Para Kenneth N. Waltz estes três níveis de análise representam imagens, que segundo ele “the vogue of an image varies with time and place, but no single image is ever adequate” (2001, p. 225). Assim, a utilização de uma ou outra imagem pode apresentar uma conjunção de fatores políticos de moderação, experiência, razão e ocasião que se manifestam na realidade e que podem explicar as causas da guerra. Para tanto o autor apresenta como evidência empírica as manipulações feitas por Bismarck na ocasião da crise nos Bálcãs de 1885-1887, em que os fatores internos do Estado projetavam sua atuação na política internacional, bem como levou Woodrow Wilson a fazer interpretações da realidade na primeira e terceira imagens ante os Estados autoritários no século XX (Waltz, 2001).

Considerando as inúmeras variáveis que estas imagens podem produzir nas suas relações longitudinalmente, Waltz (2001, p. 232) enfatiza que “Applied to international politics this becomes, in words previously used to summarize Rousseau, the proposition that wars occur because there is nothing to prevent them”.⁹ É justamente este fato que vai transformando a Guerra ao longo da história a partir de Vestfália, Primeira e Segunda Guerra Mundiais, Guerra Fria e II de setembro, somente para nomear alguns eventos que alteraram as bases ontológicas e epistemológicas da guerra, as quais apresentaremos algumas considerações a seguir.

Segundo a tradição cristã, a questão moral da guerra deve preencher:

[...] five criteria are now commonly emphasized for justice in going to war, the *ad bellum* question: (1) There should be a just cause. (2) Reasonable attempts at peaceful resolution should have been exhausted (the war should be a ‘last resort’). (3) The right authority should authorize the war. (4) War should not make things even worse than they were already (pro-

portionality). (5) War aims should be achievable (Sorabji e Rodin, 2006, p. 3).

Estes critérios chegaram até os nossos dias e se refletem no direito internacional, sem considerar outras tradições, como a judaica, muçulmana ou asiática, apresentando um caráter de universalidade, o que para Sorabji e Rodin (2006, p. 153) a tradição cristã apresenta considerações de natureza moral sobre a guerra que são similares a um jogo de xadrez, nos seguintes termos:

first, with its emphasis on equality and reciprocity, chess gives us an image of war as a *fair* fight between two combatants; second, because battle occurs on a clearly demarcated field isolated from all non-combatant elements, it accords with one of the most important elements of our idea of *justice* in war – that soldiers use force only against other combatants, and use due care not to expose non-combatants to risk of harm.

No entanto, raramente, para não dizer nunca, a imagem de um jogo simétrico e equânime na guerra se projeta, pois, as expectativas estratégicas e contenção no campo de batalha dependem de como o outro lado vai agir ou reagir, inclusive expectativas em relação à proteção ou violação do direito internacional, o que em uma guerra torna-se problemático sustentar uma estabilidade social que atente para as instituições políticas. Segundo Morrow (2014, p. 19-20), a construção desta estabilidade depende da compreensão de seis desafios: os soldados de ambos lados reconhecer que pessoas e lugares são protegidos pelo direito; alertar Estados e soldados dos limites da guerra; quando situações inusitadas ocorrerem as partes precisam resolver como lidar com elas; alguns Estados não desejam que a violência seja limitada; alguns soldados não obedecerão o direito a despeito de ordens superiores; e estas expectativas devem ser compartilhadas pelos Estados em guerra.

Embora o quadro teórico apresentado por Morrow (2014) seja o ideal, em uma guerra dificilmente a construção social de um entendimento destes desafios é alcançado. Nas palavras de Keegan (1994, p. 19): “Somos animais culturais e é a riqueza de nossa cultura que nos permite aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar que sua expressão é uma aberração cultural”.

Uma das mais conhecidas tentativas de teorizar sobre a guerra e a violência a ela atrelada foi apresentada no livro *Da Guerra* escrito por Carl von Clausewitz.

⁹ Neste mesmo sentido: “Ironically, the belief that war was inevitable played a major role in causing it” (Nye Jr. e Welch, 2010, p. 18).

Para Clausewitz a guerra é “[...] um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (2010, p. 7). Deste conceito extraímos forçosamente as implicações lógicas: primeiro, a utilização da força física (pois, a força moral somente teria existência e poderia ser expressa no contexto de Estado de Direito) em como meio da guerra que se impõe ao objetivo político original, que neste caso é externalizado; em segundo, a ascensão dos extremos que ocorre nos três casos de interação na guerra delineados pelo autor: cada lado obriga seu oponente a segui-lo; cada lado é obrigado a subjugar seu oponente; e para subjugar o oponente deve-se vencer o seu poder de resistência (Medeiros et al., 2010).

A ascensão dos extremos torna-se um imperativo lógico, pois é isso que define a guerra absoluta como forma de unificar os fenômenos militares e ajudar a tornar seu tratamento teórico possível. Esta ideia se desenvolve em razão das leituras de Maquiavel e de sua experiência nas guerras napoleônicas. Para alguns autores, a ideia de guerra absoluta não passa de uma abstração ou ficção, no entanto, nas décadas de 1970 e 1980 a realidade nuclear ameaçou comprovar empiricamente a doutrina de Clausewitz (Strachan, 2008).

No entanto, a dinâmica seria verdadeira se existisse uma real polaridade entre ataque e defesa, apresentando a problemática da assimetria das guerras. Esta noção é de grande importância para a nossa hipótese de pesquisa como veremos a seguir.

Em seu artigo “Why Big Nations Lose Small Wars”, Mack (1975) apresenta uma pergunta intrigante a ser respondida: porque grandes nações perdem guerras pequenas? Para ele o que explicaria este fenômeno é a vulnerabilidade política gerada pela intensidade do interesse que a nação possui no conflito, ou seja, independentemente de sua capacidade material, o Estado com o maior desejo vencerá o conflito. Para ele, embora isso não seja verdadeiro para todos os conflitos assimétricos, os Estados mais poderosos “[...] lose small wars because frustrated publics (in democratic regimes) or countervailing elites (in authoritarian regimes) force a withdraw short of military victory” (Mack, 1975, p. 177).

Para Arreguin-Toft (2005) a explicação para o fracasso de alguns Estados fortes¹⁰ em guerras assimétricas está na abordagem de conflito. A medição dos conflitos ocorridos entre 1800-1998 feita pelo *Correlate of Wars Project* aponta para um dado interessante: de 1800 até 1949 a probabilidade de um Estado forte vencer uma guerra contra um Estado fraco era bem superior, enquanto de 1950-1998 esta tendência se inverte como verificamos no Gráfico 1.

A explicação para tal fato segundo Arreguin-Toft (2005) está na abordagem da interação estratégica entre os Estados. Para ele, “strategy, as defined here, refers to an actor’s plan for using armed forces to achieve military or political objectives. Strategies incorporate an actor’s understanding (rarely explicit) about the relative values of these objectives” (Arreguin-Toft, 2005, p. 99).

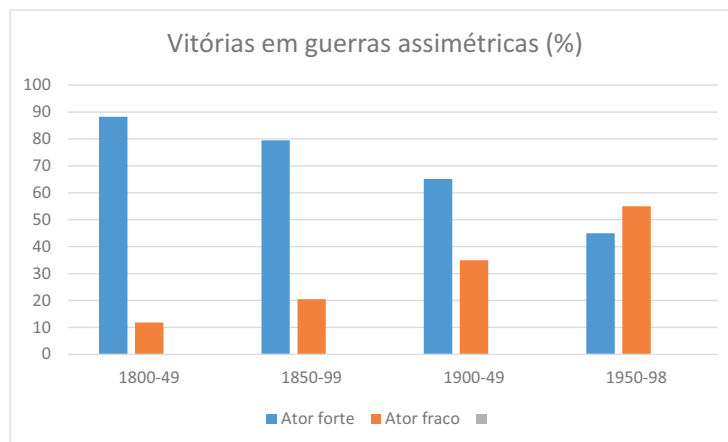


Gráfico 1. Vitórias em guerras por atores.
Graph 1. Victories in wars by actors.

Fonte: elaboração própria baseado em Arreguin-Toft (2005, p. 97).

¹⁰ Não operacionalizemos Estado forte e fraco, bastando para nossa pesquisa a superioridade material de um sobre o outro.

Com isso, ele desenvolve uma tipologia de estratégias baseada em interações conflituosas entre Estados fortes e fracos, sendo que a estratégia dominante do primeiro é o ataque e do segundo a defesa:

- Estratégias de ataque (Estado forte) – ataque direto e barbarismo
- Estratégias de defesa (Estado fraco) – defesa direta e guerrilha.¹¹

Os testes empíricos utilizando os dados do *Correlate of Wars Project* apontaram para a tendência de que quando os atores em conflito utilizam a mesma abordagem, os atores mais fortes ganham em 76%, enquanto se os atores utilizam abordagens diferentes de conflito em 63% dos casos o ator mais fraco vence, conforme se verifica no Gráfico 2.¹²

As conclusões de Arreguin-Toft (2005) produzem implicações importantes para o direito internacional, pois, conforme nossa hipótese, o interesse de regular as regras da guerra, colocando as estratégias dentro de um quadro regulatório tenderia a beneficiar os atores fortes no sistema internacional. Com isso, chegamos na intersecção da política com o direito internacional

como legitimador de um conceito de guerra intencional e excludente que tende a humanizar e desumanizar ao mesmo tempo como veremos a seguir.

Uma definição de guerra que geralmente aparece nos manuais de direito internacional público é a de Oppenheim (2016, p.61), que em seu *International Law-A Treatise (vol. II, War and Neutrality)* assim estabelece: “War is the contention between two or more States through their armed forces for the purpose of overpowering each other and imposing such conditions of peace as the victor pleases”. Já para Moon (2000, p. 608), a guerra é “[...] um conflito armado entre sujeitos de do DI com a intenção clara de submeter o outro à sua vontade”.

Na tentativa de apresentar um conceito operacionalizado da guerra, Dinstein (2013, p. 21) assim se manifesta:

Guerra é a interação hostil entre dois ou mais Estados, seja num sentido técnico ou material. A guerra no sentido técnico é o status formal produzido por uma declaração de guerra. A guerra no sentido material é gerada pelo uso de força armada, que deve ser extensiva e realizada por pelo menos uma das partes do conflito.

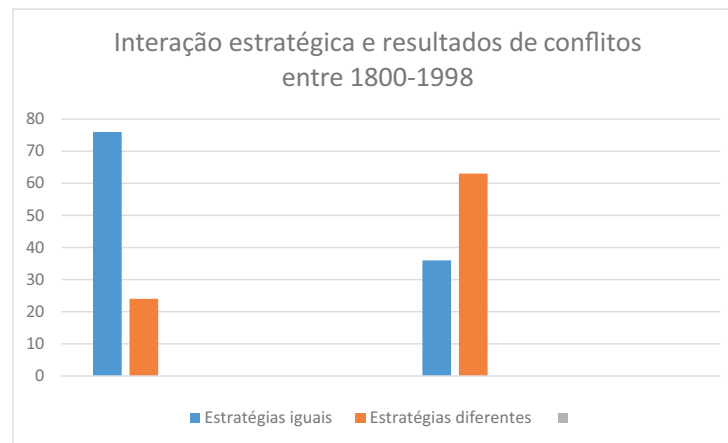


Gráfico 2. Interação estratégica em conflitos.
Graph 2. Strategic interaction in conflicts.

Fonte: elaboração própria baseado em Arreguin-Toft (2005, p. 112).

¹¹ “McKenzie identifies six categories of asymmetric tactic: the use or deployment of (1) chemical weapons; (2) biological weapons, or (3) nuclear weapons (collectively Weapons of Mass Destruction or WMD); (4) information war (for example, the disruption of military or civilian strategic information systems); (5) terrorism (the use of force against non-combatants and their property); (6) alternative operational concepts which may include guerrilla tactics (in which soldiers, often disguised as civilians, do not seek to defend fixed positions, but rather to harass a regular army by conducting surprise attacks), the involvement of non-state actors as parties to combat, the intermingling of military forces and installations with civilian communities and infrastructure, using civilians as human shields, shifting the battle site to complex urban environments that degrade the effectiveness of high technology weapons, and using primitive weapons and technology in surprising ways” (Sorabji e Rodin, 2006, p. 154).

¹² Lateralmente, Arreguin-Toft (2005) propõe ainda que as abordagens diferentes de conflito (1) demoram mais para serem resolvidos; e (2) que a sua frequência aumenta proporcionalmente o insucesso de atores mais fortes ao longo do tempo, apresentando como evidência empírica a Guerra do Vietnã.

Um dos traços característicos das definições acima citadas que interessa para nosso estudo é a prevalência do ator estatal como o titular do direito subjetivo de guerra. Ele é também o sujeito de direito internacional por excelência, e, portanto, a ele é conferido o direito originário de produção do direito internacional, principalmente pela via dos tratados e convenções. Neste sentido:

Nossas instituições políticas e leis, dizemos para nós mesmos, estabeleceram tantas restrições à potencialidade humana para a violência que, na vida cotidiana, nossas leis irão puni-la como criminosa, enquanto sua utilização pelas instituições de Estado tomará a forma particular de “guerra civilizada” (Keegan, 1994, p. 19).

Desse modo, “civilizar a guerra” via direito internacional é um argumento que pode ser traçado desde o início do período de expansão europeu a partir do século XIV. O argumento é lastreado pelo direito natural, que acessado pela religião ou pela razão, apresenta a *ratio essendi* das missões civilizadoras, que para atingir os fins pretendidos poderiam lançar mão inclusive do uso da força como meio legítimo (Ferraz Jr, 2016; Lafer, 1988). Na dimensão da religião, o exemplo abaixo transcrito é representativo:

The war against the Indians of New England is justified on grounds both explicit and implicit: they are accused of murdering Christians and therefore are worthy of death (so some biblical writers justify killing in war), but also they are Ammon, Amalek, an indigenous population who will be displaced and is inherited by divine decision to make way for the new Israel (Niditch, 1995, p. 3-4).

Na dimensão da razão, o discurso de Lord Cruzon proferido em 1905 no Clube Byculla, ao se referir sobre o império Britânico aponta seu direito de:

To fight for the right, to abhor the imperfect, the unjust or the mean, to swerve neither to the right hand nor to the left, to care nothing for flattery or applause or odium or abuse it is so easy to have any of them in India never to let your enthusiasm be soured or your courage grow dim, but to remember that the Almighty has placed your hand on the greatest of his ploughs, in whose furrow the nations of the future are germinating and taking shape, to drive the blade a little (Lord Cruzon, 1905).¹³

¹³ O texto integral do discurso encontra-se em Cruzon (1905). A transcrição desta parte do discurso pode ser encontrada também em Wallerstein (2007, p. 41).

¹⁴ Para alguns sociólogos somente a ideologia seria capaz de gerar dominação, tese esta que não concordamos. Para uma visão geral dos argumentos da centralidade da ideologia ver: Turner et al. (2014).

Num período mais recente, após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria vemos esta mesma ideologia permeando a construção do sistema internacional, que “[...] emerged largely reflected an effort to export Anglo-American values, and was motivated in part to distinguish the values of the West from those of the Soviet bloc [...]” (Sands, 2005, p. 10). Mas somente a ideologia é suficiente para as consciências e consensos sejam formados em torno de temas como a necessidade de regulamentação da guerra ou do desenvolvimento? Desde já apontamos que não, pois condições materiais são necessárias, juntamente com a ideologia, para formar as realidades sociais que o grupo dominante pretende (Eagleton, 1997).

Para Eagleton (1997, p. 42):

O fato de as pessoas não combaterem ativamente um regime político que as oprime talvez não signifique que tenham absorvido mansamente seus valores governantes. As classes dominantes têm à sua disposição inúmeras dessas técnicas de controle social “negativo”, que são bastante mais prosaicas e materiais do que convencer seus sujeitos de que pertençam a uma raça superior ou exortá-los a identificar-se com o destino da nação.

Se substituirmos as expressões “raça superior” para “raça inferior” e “nação” para “sistema internacional”, a proposição dada por Eagleton (1997) justifica empiricamente as condições ideológicas e materiais (Habermas utiliza a expressão “formas de gestão tecnocráticas” para apontar estas condições) (ver, Habermas, 2014a, 2014b) que a ordem internacional adotou após a Segunda Guerra Mundial.¹⁴

Com o fim da Segunda Guerra fica evidente que o conceito de soberania do Estado estava exposto a sérias críticas estruturais, o que recrudesce o processo de construção da governança global em termos de segurança iniciado com a Liga das Nações. Há uma clara transição entre um sistema descentralizado de Estados soberanos para um sistema centralizado em que o Conselho de Segurança (CS) passa a ter um papel preponderante na construção da ideia de segurança coletiva via direito internacional, que ofereceu a retórica para justificar a utilização da força por instituições de governança global. Para Mattei (2013, p. 268) este processo de construção está baseado no seguinte:

O artifício retórico usado no processo de coibir os comportamentos desviantes e afirmar, como universais e inevitáveis, as modalidades ocidentais de organização social e desenvolvimento econômico centradas no individualismo e na fragmentação social, costuma ser um conceito explicitamente jurídico: “direitos humanos internacionais”. No interesse desses direitos, uma doutrina de “soberania limitada” tem ameaçado a natureza tradicional do Direito Internacional como sistema descentralizado, baseado na territorialidade, e tem defendido a necessidade de descentralização, a fim de torná-lo mais parecido com qualquer outro sistema do Direito nacional ocidental.

A segurança coletiva então passa a fazer parte da construção de uma ideologia muito presente no direito internacional, que como observa Jacques Derrida, quando alguém enfatiza uma ideia o faz em excesso para poder negociá-la. A ideia é reforçada pela existência de ameaças existências que possuem o condão de gerar aquilo que Zygmunt Bauman chama de medo líquido.¹⁵ Trata-se do processo de securitização, que consiste em aplicar um processo político a um tema da política internacional que o coloca como objeto referencial, ou seja, em uma posição especial ou de urgência que demanda uma resposta imediata do Estado, da região ou da sociedade internacional como um todo. Segundo Buzan et al. (1997, p. 24), nesta abordagem, securitizar um tema que ameaça a própria existência do Estado ou sua população significa que:

[...] the meaning of a concept lies in its usage and is not something we can define analytically or philosophically according to what would be the “best.” The meaning lies not in what people consciously think the concept means but in how they implicitly use it in some ways and not others. In the case of security, textual analysis suggests that something is designated as an international security issue because it can be argued that this issue is more important than other issues and should take absolute priority.

Desse modo, um tema de segurança “[...] has to be staged as an existential threat to a referent object by a securitising actor, [to generate] endorsement of emergency measures beyond the rules that would otherwise bind” (Buzan et al., 1997, p. 21). A apresentação do tema como uma ameaça, desde que colocada de forma a causar a preocupação generalizada da sociedade, justificará a adoção de medidas extremas, seguidas de uma “extra-budgetary reallocation of resources to combat it” (Buzan et al., 1997, p. 21-2).¹⁶

Outro ponto importante desta ideologia é a separação entre nações civilizadas e não-civilizadas, que foi fundamental durante a expansão europeia como vimos anteriormente, adquirindo um significado mais amplo nos pós-Segunda Guerra. No livro *The Standard of “Civilization” in International Society*, Gerrit W. Gong aponta os requisitos básicos para que uma nação possa ser considerada civilizada a partir deste período: (1) a garantia de direitos básicos, que para o autor são: vida, dignidade e propriedade e das liberdades: ir/vir, comércio e religião, especialmente para estrangeiros; (2) a existência de uma burocracia organizada e com alguma eficiência que possa administrar a máquina estatal; (3) aderência ao direito internacional, especialmente no tocante à guerra e existência de instituições jurídicas internas que garantam a administração da justiça; e (4) cumprimento das obrigações internacionais como membro da sociedade internacional, especialmente a legação diplomática (Gong, 1984, p. 14-15). Com isso: “it invoked an exclusive, particularistic conception of ‘civilization’, stigmatizing communities not attaining it as ‘savages’ or ‘barbarians’” (Zaum, 2007, p. 38).

Como arguido anteriormente, não basta somente a existência de uma ideologia para que a realidade social seja modificada. Há a necessidade da presença das condições materiais para que isso ocorra. A formação de instituições para gerar as condições materiais, cuja

¹⁵ “O Estado, por exemplo, tendo encontrado sua *raison d’être* e seu direito à obediência dos cidadãos na promessa de protegê-los das ameaças à existência, porém não mais capaz de cumpri-la (particularmente a promessa de defesa contra os perigos do segundo e terceiro tipos) – nem de reafirmá-la responsabilmente em vista da rápida globalização e dos mercados crescentemente extraterritoriais –, é obrigado a mudar a ênfase da “proteção contra o medo” dos perigos à segurança social para os perigos à segurança pessoal. O Estado então “rebaixa” a luta contra os medos para o domínio da “política de vida”, dirigida e administrada individualmente, ao mesmo tempo em que adquire o suprimento de armas de combate no mercado de consumo” (Bauman, 2008, p. 8-9).

¹⁶ Uma interessante comprovação empírica deste argumento foi o discurso proferido por George W. Bush para justificar a invasão do Iraque a despeito de resolução contrária emitida pela ONU. Neste sentido como amostra do discurso: “The danger is clear: using chemical, biological or, one day, nuclear weapons, obtained with the help of Iraq, the terrorists could fulfill their stated ambitions and kill thousands or hundreds of thousands of innocent people in our country, or any other. The United States and other nations did nothing to deserve or invite this threat. But we will do everything to defeat it. Instead of drifting along toward tragedy, we will set a course toward safety. Before the day of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed. The United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security. That duty falls to me, as Commander-in-Chief, by the oath I have sworn, by the oath I will keep”. Ver Chang et al. (2008). Neste mesmo sentido: “Os problemas de segurança são construídos intersubjetivamente através de interações sociais entre ator securitizador (em geral elites políticas, militares, diplomáticas, econômicas, culturais) e uma audiência (que se pode confundir com o público em geral, mas também ser composta por grupos sociais mais específicos como os profissionais da mídia, empresários, trabalhadores, classe política etc., dependendo do assunto e do propósito do ator securitizador). Para que esse processo de securitização se concretize, ele segue uma gramática própria: o ator securitizador declara que um determinado tópico constitui uma ameaça à ordem em vigor e, por essa razão, requer medidas emergenciais e excepcionais para a sua neutralização, e a audiência aceita essa argumentação numa extensão tal que torna legítima a adoção das medidas excepcionais propostas pelo ator securitizador” (in Fachin, 2014).

“concessões” materiais de tempos em tempos mantêm os inconformados numa espécie de funcionamento realista, ou seja, se a concessão internamente produz melhores condições a pressão pelo inconformismo com o sistema dominante se mantém estável ou arrefece (Foucault, 2008). É a confirmação do fenômeno que Zizek (1996, p. 47) aponta: “Eles sabem que, em sua atividade, estão seguindo uma ilusão, mas ainda assim o fazem”.

A formação da ONU e de seu Conselho de Segurança marcam o início de uma nova ordem mundial baseada num forte processo de institucionalização intencional voltado para a construção de uma nova realidade da sociedade mundial que pudesse refletir a ideologia ocidental. Vemos isso refletido na Carta da ONU que: “Whatever rash suggestions they may have allowed to slip into the UN Charter, the four great powers involved in shaping the Nuremberg indictments were not about to set a precedent that could immediately be used to their own disadvantage” (Best, 1994, p. 68). Este movimento é o que Lowe *et al.* (2010) chamou de segurança seletiva baseada na ideologia e interesses materiais dos membros do CS, detentores do poder de veto, que tem sido muito utilizada desde a Guerra Fria e aplicada não somente para a guerra, objeto do nosso estudo, mas também para outras dimensões da realidade social internacional e do desenvolvimento do direito internacional, chamado por Mattei (2013) de *direito imperial internacional* não por acaso.

Assim, as instituições internacionais passam a regular a guerra com discursos de contenção da violência, utilizando principalmente as atrocidades cometidas contra os judeus durante a Segunda Guerra. Com isso, os fundadores da ONU conseguiram justificar o início de uma ordem mundial baseada na segurança coletiva e civilizada para conter a violência, no entanto:

Se há uma tese unificadora nas reflexões que se seguem, é a de que existe um paradoxo semelhante no que diz respeito à violência. Os sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais. Mas devemos aprender a dar um passo para trás, a desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência “subjativa” diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável. Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância (Zizek, 2014, p. 27).

Para o autor, *dar um passo para trás* tem o sentido de lançar um olhar mais amplo para o problema

da violência. Quando ela irrompe em uma guerra, por exemplo, a violência e seu(s) agente(s) podem ser identificados, resultando em esforços claros para sua contenção. É exatamente a relação causal entre o fim da Segunda Guerra e o surgimento da ONU. Para Zizek (2014) esta é somente uma das dimensões da violência:

[...] a violência subjativa é somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma *violência “simbólica” encarnada na linguagem e em suas formas*, naquilo que Heidegger chamaria a “nossa casa do ser”. Como veremos adiante, essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo *violência “sistêmica”*, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político de tolerância (Zizek, 2014, p. 28, grifos meus).

Em conclusão desta parte, o quadro teórico desenvolvido, bem como a hipótese a ser testada, apresenta como marco temporal inicial o final da Segunda Guerra Mundial e conterà como unidade de análise o direito internacional da guerra, tendo como fontes primárias as Convenções de Genebra e seus Protocolos, a Carta da ONU e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. No pertinente ao marco teórico, as dimensões do subtexto e contexto foram utilizadas para codificar os documentos primários e traçar as relações entre as evidências empíricas e a hipótese (atividades de pesquisa que serão realizadas no ATLAS.ti).

Uma análise empírica do direito internacional da guerra

Em termos metodológicos, o debate teórico-empírico apresentado na parte anterior do trabalho já nos fornece o aspecto analítico do *subtexto* (os aspectos morais da lei; significados profundos ou implícitos), como parte do método sociológico-jurídico explicado na introdução (Perry-Kessaris, 2012). Resta-nos nesta parte do trabalho promover a análise do texto do direito da guerra em seu conteúdo com o objetivo apresentar as evidências empíricas que possam comprovar a hipótese, ressaltando que a sua explicação e análise estão associadas a uma noção de intencionalidade e consciência, ou seja, elementos de ordem subjativa que transitam entre

a mente, as palavras e ações que constroem a sociedade internacional e suas instituições (Searle, 1999; Foucault, 2014; Bhaskar, 2010; Winch, 2007).

Desse modo, da análise do texto emergem *prima facie* os códigos¹⁷ (variáveis) “universalismo” e “colonialismo”, cujo potencial analítico em um nível de abstração mais elevado se justifica pelo contexto e subtexto encontrados. As evidências encontradas nos documentos nos permitem fazer uma associação¹⁸ entre eles do tipo “universalismo is property of colonialismo”.

Segundo Wallerstein (2004, p. 1) “concepts can only be understood within the of their times”. Nesta linha, o sistema internacional que emerge do pós Segunda Guerra Mundial é marcado pela proliferação de instituições e regimes internacionais que passaram a reproduzir, inclusive como forma de sedimentar a sua legitimidade, os 3 principais apelos ao universalismo¹⁹: a defesa dos direitos humanos e expansão da democracia; no choque das civilizações, que implica na superioridade dos valores e verdades da civilização ocidental sobre a oriental; e, por último, a verdade científica do mercado como única alternativa, não restando aos governos senão aceitar e agir de acordo com as leis da economia neoliberal (Wallerstein, 2007; Escobar, 2004).

Estes apelos ao universalismo, no entanto, são feitos em um período da história em que a maior parte do mundo ainda estava sob o colonialismo, daí a ligação que é feita entre os códigos de análise universalismo e colonialismo (Pahuja, 2013; Anghe et al., 2016).

A aplicação desta relação entre os códigos na análise de conteúdo da Carta da ONU apresenta uma configuração importante para a teoria no sentido de que ao mesmo tempo em que se verifica um discurso permeado pelos 3 apelos ao universalismo, encontramos uma tentativa de manutenção do status quo colonial a partir da manutenção de relações de dominação, não democráticas e sancionadoras de uma ordem voltada para um modelo de desenvolvimento enviesado pelo colonialismo.

Na Figura 1 observa-se os trechos codificados da Carta da ONU em que estas relações despontam de forma implícita ou explícita. Para nosso trabalho, os trechos 10:3, 10:4, 10:6 e 10:8 possuem significado importante, pois, é a partir desta base retórica de harmonização das ações, universalidade e codificação do direito internacional é que encontramos a justificativa legal e moral para a exclusão de qualquer luta, forma de combate ou resistência que não esteja de acordo com as regras estabelecidas pelos países “peace-loving” (citação 10:4).

Esta relação é ainda corroborada quando colocamos em destaque o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Se a intenção declarada é a harmonização das ações e codificação do direito internacional, qual é o espaço para a adoção de valores e princípios de nações que estão sob a regra colonialista e, portanto, excluídas do processo de codificação?

O artigo 38 do estatuto da Corte apresenta o rol das fontes do direito internacional. A principal via de codificação do direito internacional são os tratados e convenções internacionais. Se o seu fundamento está ligado à vontade dos estados ou à princípios universais que expressam valores que estão acima dos estados não importa, pois, os dois modelos de justificação são excluídos dos países sob dominação colonial no período pós-Segunda Guerra. A mesma dinâmica é observada em relação aos costumes e jurisprudência, ou seja, os dois dependentes da atuação do estado como sujeito de direito internacional para a geração de regras de direito internacional (Orford e Hoffmann, 2016).

Para a teoria geral do direito, a inexistência de regra (escrita ou não escrita) deve ser suprida pelos princípios gerais do direito, ou seja, comandos universais que expressam valores. A forma como o sistema internacional e o arcabouço jurídico fora construído neste período da história não dá espaço para a introdução de princípios que não estejam em consonância com os

¹⁷ Também conhecidos como “unidades de codificação”, que no caso do nosso estudo são os textos legais, cujo processo (de codificação) “[...] consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir certa ordem na confusão inicial” (Bardin, 2011, p. 37). Estes critérios são categorias de fragmentação da comunicação que são elaborados pelo pesquisador, o que vale dizer são regras que ele adota e deve seguir para assegurar a validade da análise, a saber: homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e ligadas ao seu conteúdo. As mensagens analisadas e codificadas passam pela interpretação feita pelo pesquisador para determinar estados, dados e fenômenos, ou como esclarece Bardin (2011, p. 47): “[...] o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. De maneira bastante metafórica, falar-se-á de um plano sincrônico ou plano horizontal para designar o texto e sua análise descritiva, e de plano diacrônico ou plano vertical, que remete para as variáveis inferidas”.

¹⁸ Como se percebe, a análise de conteúdo segue padrões rigorosos de operacionalização dos termos via processo de codificação, que parte inicialmente de uma dimensão meramente descritiva para assumir uma dimensão analítica na medida em que o contexto e subtexto são adicionados. A estratégia se consolida em unidades hermenêuticas, cuja análise se aprofunda com a necessidade de produção de inferências, conexões entre os códigos, criação de grupos de códigos, estabelecimento de significantes e significados, etc. (Bauer e Gaskell, 2015; Saldaña, 2015; Gibbs, 2008; Wittgenstein, 2014).

¹⁹ Note-se que o apelo ao universalismo tem suas origens mais remotas no século XIX, estando associado ao direito outorgado pela lei natural aos povos civilizados de civilizar os povos selvagens. Ver Wallerstein (2007) para um debate sobre as ideias de Las Casas e Sepúlveda neste sentido. Segundo Wallerstein (2007), encontramos no mundo moderno dois tipos de universalismo: o Orientalista, cuja orientação é humanista que possui um modo de perceber particularismos; e o científico que propaga a adoção de regras objetivas que governam todos os fenômenos, em que a razão predomina. Depois de 1945 o universalismo científico tornou-se a forma prevalente de universalismo europeu.

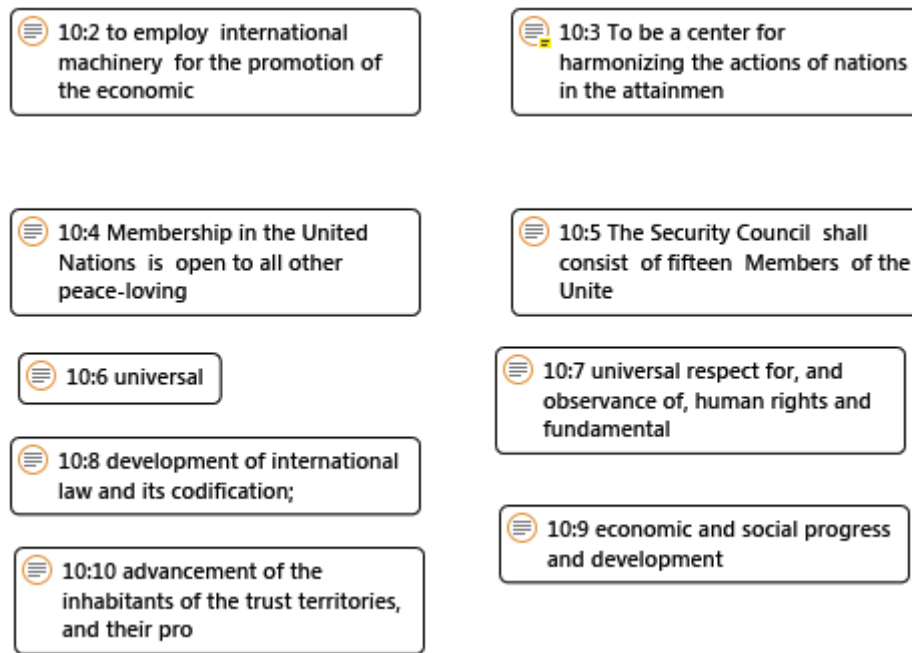


Figura 1. Metanarrativas na carta da ONU.

Figure 1. Metanarratives in the UN charter.

Fonte: elaboração própria, feito no ATLAS.ti a partir da análise do conteúdo e codificação da Carta da ONU.

3 apelos ao universalismo, o que se pode observar no próprio artigo 38 do estatuto que *in verbis* estabelece:

(1) The Court, whose function is to decide in accordance with international law such disputes as are submitted to it, shall apply:

(a) international conventions, whether general or particular, establishing rules expressly recognized by the contesting states;

(b) international custom, as evidence of a general practice accepted as law;

(c) *the general principles of law recognized by civilized nations*;

(d) subject to the provisions of Article 59, judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law.

(2) This provision shall not prejudice the power of the Court to decide a case *ex aequo et bono*, if the parties agree thereto (International Court of Justice, 1945, grifos meus).

No tocante a Guerra, a linguagem nas Convenções de Genebra e em seus Protocolos foram mais sutis, mas, implicam o mesmo modelo encontrado na relação universalismo-colonialismo. A análise das Convenções e Protocolos, juntamente com os códigos semânticos

introduzidos (ver relatório completo no Anexo I) apresentam como termos de maior ocorrência “nations”, “conflict” e “united” o que demonstram a centralidade do universalismo e do estado na formulação do direito, relegando temas como “religion”, “sex”, “integrity” e “colonial” na periferia dos debates e regulamentação (Figura 2).

Em um segundo nível de análise mais concreto, o exame dos documentos primários e sua codificação fazem emergir os códigos “soberania” que possui uma relação de associação com “universalismo”, e de “guerra assimétrica” que possui relação de propriedade com “colonialismo” e de contradição com “universalismo” como se observa no Anexo I.

O código “soberania” está associado ao universalismo tendo em vista a sua consolidação que se iniciou com o tratado de Vestfália que foi assinado entre países europeus, cujas regras e princípios se expandiram para o sistema internacional como um todo sob a rubrica do direito internacional, assegurando assim a sua eficácia não somente na ordem interna, mas na internacional também para afastar interferências exógenas em assuntos domésticos. Segundo Wallerstein (2004, p. 44), trata-se de uma relação de reciprocidade entre os estados



Figura 2. *Word cloud* das Convenções de Genebra.
Figure 2. Word cloud of the Geneva Convention.

Fonte: elaboração própria, feito no ATLAS.ti a partir da análise do conteúdo e codificação das Convenções de Genebra e seus Protocolos.

no sistema interestatal em que “Sovereignty is a hypothetical trade, in which two potentially (or really) conflicting sides, respecting de facto realities of power, exchange such recognitions as their least costly strategy”.

Conclusão

A guerra sem dúvida é um dos grandes males da humanidade. Sua realidade não pode ser desprezada, especialmente considerando o avanço da tecnologia que torna a guerra mais letal e assimétrica em termos de poder relativo.

A sua regulamentação via direito internacional aparentemente apresenta méritos que dificilmente qualquer um poderia negar, como por exemplo, a proteção de vítimas e civis. No entanto, quando colocada em uma análise que ultrapassa o seu texto e que lança luz sobre o seu subtexto e contexto, encontramos paradigmas indiciários que apontam para a perpetuação de relações de poder apontam para uma forma de colonialismo.

A resistência a ideologia dominante é rejeitada, a imposição do universalismo de valores é apresentada como a única forma de ordenar o mundo, tradições e culturas são consideradas ultrapassadas e se constituem um empecilho para a modernidade, dentre outros discursos que são feitos para legitimar o discurso do direito internacional que começou a ser talhado no mundo

pós Segunda Guerra, cujo sistema internacional estava ancorado na dominação colonial física de uma grande porção do mundo.

Embora sob o ponto de vista físico esta realidade tenha mudado ao longo dos anos, diferentes formas de dominação e sua legitimação podem ser encontradas no sistema atualmente, o que aponta para padrões na relação Norte-Sul que o estudo feito nos ajuda a extrapolar para outras dimensões, como por exemplo, a economia.

Referências

- ANGELL, N. 2015. *The Great Illusion*. London, CreateSpace Independent Publishing Platform, 416 p.
- ANGHIE, A.; ESLAVA, L.; KOSKENNIEMI, M.; OBREGÓN TARAZONA, L.; ORFORD, A.; URUEÑA HERNÁNDEZ, R.F. 2016. *Imperialismo y Derecho internacional*. Bogotá, Siglo del Hombre, 229 p.
- ARREGUÍN-TOFT, I. 2005. *How the Weak Win Wars: A Theory of Asymmetric Conflict*. New York, Cambridge University Press, 250 p.
- <https://doi.org/10.1017/CBO9780511521645>
- BARDIN, L. 2011. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 281 p.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G. 2015. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um Manual Prático*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 516 p.
- BAUMAN, Z. 2008. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro, Zahar, 239 p.
- BEST, G. 1994. *War and Law since 1945*. Oxford, Oxford University Press, 434 p.
- BHASKAR, R.P. 2010. *Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy*. Londres, Routledge, 218 p.
- <https://doi.org/10.4324/9780203843314>
- BRITISH POLITICAL SPEECH. 2004. Prime Minister warns of continuing global terror threat, Sedgefield 2004. Disponível em: <http://www>

- britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=282. Acesso em: 29/01/2017.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; DEWILDE, J. 1997. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, Lynne Rienner Pub, 239 p.
- CAVENDISH, R. 1998. The Treaty of Westphalia. *History Today*, 48(10). Disponível em: <http://www.historytoday.com/richard-cavendish/treaty-westphalia>. Acesso em: 28/01/2017.
- CHANG, G.C.; MEHAN, H.B. 2008. Why we must attack Iraq: Bush's reasoning practices and argumentation system. *Discourse & Society*, 19(4):453-482. <https://doi.org/10.1177/0957926508089939>
- CLAUSEWITZ, C. Von. 2010. *Da Guerra*. 3ª ed., São Paulo, WMF Martins Fontes, 930 p.
- CRUZON, L. 1905. Lord Curzon's farewell to India. Being speeches delivered as viceroy & governor-general of India. During Sept.-Nov. 1905. Disponível em: https://archive.org/stream/lordcurzonsfarew00curzrich/lordcurzonsfarew00curzrich_djvu.txt. Acesso em: 28/01/2017.
- DINSTEIN, Y. 2013. *Guerra, Agressão e Legítima Defesa*. 3ª ed., Barueri, Manole, 455 p.
- EAGLETON, T. 1997. *Ideologia*. São Paulo, UNESP, 204 p.
- ESCOBAR, A. 2004. Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality and Anti-Globalisation Social Movements. *Third World Quarterly*, 25(1):207-230. <https://doi.org/10.1080/0143659042000185417>
- FACHIN, P. 2014. A crise do ebola e a gramática dos problemas de segurança. Entrevista especial com Gilberto Carvalho de Oliveira. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/536774-a-crise-do-ebola-e-a-gramatica-dos-problemas-de-seguranca-entrevista-especial-com-gilberto-carvalho-de-oliveira>. Acesso em: 04/11/2016.
- FERRAZ JR., T.S. 2016. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, Método, 356 p.
- FISK, R. 2007. *The Great War for Civilisation: The Conquest of the Middle East*. New York, Vintage, 1111 p.
- FOUCAULT, M. 2008. *Microfísica do Poder*. 28ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 295 p.
- FOUCAULT, M. 2014. *As Palavras e as coisas*. São Paulo, Edições 70, 504 p.
- GEUSS, R. 1981. *The Idea of a Critical Theory: Habermas and the Frankfurt School*. Cambridge, Cambridge University Press, 100 p.
- GIBBS, G. 2008. *Analyzing Qualitative Data*. Los Angeles, Sage Publications Ltd, 168 p.
- GONG, G.W. 1984. *The Standard of "Civilization" in International Society*. Oxford, Oxford University Press, 267 p.
- HABERMAS, J. 2014a. *Na Esteira da Tecnocracia*. 1ª ed., São Paulo, UNESP, 261 p.
- HABERMAS, J. 2014b. *Técnica e Ciência Como Ideologia*. 1ª ed., São Paulo, UNESP, 206 p.
- HEMPEL, C.G. 1941. The Function of General Laws in History. *The Journal of Philosophy*, 39(2):35-48. <https://doi.org/10.2307/2017635>
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. 1945. Statute of the International Court of Justice. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/statute>. Acesso em: 28/02/2017.
- KEEGAN, J. 1994. *A History of Warfare*. New York, Vintage, 428 p.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, Princeton University Press, 1994, 247 p.
- KRIPPENDORFF, K. 2012. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. 3ª ed., London, Sage, 453 p.
- LAFER, C. 1988. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo, Companhia das Letras, 406 p.
- LOWE, A.V.; ROBERTS, A.; WELSH, J.; ZAUM, D. (eds.). 2010. *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. Oxford, Oxford University Press, 794 p.
- MACK, A. 1975. Why Big Nations Lose Small Wars: The Politics of Asymmetric Conflict. *World Politics*, 27(2):175-200. <https://doi.org/10.2307/2009880>
- MARCONI, M. de A. 2010. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, Atlas, 317 p.
- MATTEI, U. 2013. *Pilhagem*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 464 p.
- MEDEIROS, M.; LIMA, M. C.; VILLA, R. D.; REIS, R. 2010. *Clássicos Das Relações Internacionais*. São Paulo, Hucitec, 379 p.
- MOON JO, H. 2000. *Introdução ao Direito Internacional*. São Paulo, Ltr Editora, 720 p.
- MORGENTHAU, H.; THOMPSON, K.; CLINTON, D. 2005. *Politics Among Nations*. 7ª ed., Boston, McGraw-Hill Education, 703 p.
- MORROW, J.D. 2014. *Order within Anarchy: The Laws of War as an International Institution*. New York, Cambridge University Press, 354 p. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107273627>
- NIDITCH, S. 1995. *War in the Hebrew Bible: A Study in the Ethics of Violence*. New York, Oxford University Press, 180 p.
- NYE JR, J.S.; WELCH, D.A. 2010. *Understanding Global Conflict and Cooperation: An Introduction to Theory and History*. 8ª ed., Boston, Pearson, 365 p.
- OPPENHEIM, L. 2016. *International Law. A Treatise. Volume II (of 2). Disputes, War and Neutrality*. 2ª ed., [s.l.], HardPress Publishing, 766 p.
- ORFORD, A.; HOFFMANN, F. (eds.). 2016. *The Oxford Handbook of the Theory of International Law*. Oxford, Oxford University Press, 1045 p.
- PAHUJA, S. 2013. *Decolonising International Law: Development, Economic Growth and the Politics of Universality*. Cambridge, Cambridge University Press, 303 p.
- PERRY-KESSARIS, A. (ed.). 2012. *Socio-Legal Approaches to International Economic Law: Text, Context, Subtext*. London, Routledge, 328 p.
- SALDAÑA, J. 2015. *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. 3ª ed., Los Angeles/Londres, Sage Publications Ltd, 339 p.
- SANDS, P. 2005. *This Lawless World*. London, Allen Lane, 324 p.
- SEARLE, J.R. 1999. *Mind, Language and Society: Philosophy in the Real World*. 1ª ed., Nova York, Basic Books, 189 p.
- SILVA, C.T.L. da; PICININI, G.L. 2015. Paz de Vestefália & Soberania Absoluta. *Revista do Direito Público*, 10(1):127-150. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2015v10n1p127>
- SORABJI, R.; RODIN, D. 2006. *The Ethics of War: Shared Problems in Different Traditions*. Aldershot, Routledge, 253 p.
- SPENGLER, O.; HUGHES, H.S. 1991. *The Decline of the West*. New York, Oxford University Press, 414 p.
- STRACHAN, H. 2008. *Clausewitz's On War: A Biography*. New York, Grove Press, 238 p.
- TURNER, B.S.; ABERCROMBIE, N.; HILL, S. 2014. *The Dominant Ideology Thesis*. 1ª ed., London, Routledge, 212 p.
- WALLERSTEIN, I. 2004. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, Duke University Press, 125 p.
- WALLERSTEIN, I. 2007. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 137 p.
- WALTZ, K.N. 2001. *Man, the State, and War: A Theoretical Analysis*. New York, Columbia University Press, 263 p.
- WELLS, H.G. 2015. *The War That Will End War*. London, CreateSpace Independent Publishing Platform, 156 p.
- WINCH, P. 2007. *The Idea of a Social Science and Its Relation to Philosophy*. 1ª ed., London/New York, Routledge, 136 p.
- WITTGENSTEIN, L. 2014. *Investigações Filosóficas*. 9ª ed., Petrópolis/Bragança Paulista, Vozes, 350 p.
- YIN, R.K. 2013. *Case Study Research: Design and Methods*. Los Angeles, SAGE, 319 p.
- ZAUM, D. 2007. *The Sovereignty Paradox: The Norms and Politics of International Statebuilding*. Oxford, Oxford University Press, 282 p. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199207435.001.0001>
- ZIZEK, S. 1996. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 337 p.
- ZIZEK, S. 2014. *Violência. Seis Reflexões Laterais*. São Paulo, Boitempo, 287 p.

Submetido: 30/06/2017

Aceito: 01/08/2018

Anexo

Anexo I. Códigos semânticos.

Project:TWAIL_WAR

Report created by Douglas on 27/02/2017

Quotations Report

Selected quotations (10)

10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

to ensure by the acceptance of
principles and the institution of methods,

I Codes:

- **Universalismo**

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for; and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

to employ international machinery for the promotion of the economic and social advancement of all peoples,

I Codes:

- **Colonialismo**

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci... (43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

0 Memos

10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017, modified by Douglas on 25/02/2017

Comment by Douglas

A harmonização enquanto um discurso que pretende trazer estabilidade e segurança jurídica às relações e à produção do direito internacional promove os valores ditos “universais” e colocam aqueles cujo ponto de partida valorativo é diferente em desvantagem.

Content

To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainment of these common ends.

2 Codes:

- **Colonialismo**

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci... (43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

- **Universalismo**

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

Membership in the United Nations is open to all other peace-loving states **2 Codes:**

- **Colonialismo**

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci... (43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

- **Universalismo**

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105

[2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

The Security Council shall consist of fifteen Members of the United Nations. The Republic of China, France, the Union of Soviet Socialist Republics, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the United States of America shall be permanent members of the Security Council.

1 Codes:

- Colonialismo

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci... (43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

0 Memos

10:6 universal (2:780 [2:788])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

universal

1 Codes:

- Universalismo

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

universal respect for, and observance of, human rights and fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language, or religion.

1 Codes:

- Universalismo

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental... (16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

development of international law and its codification;

I Codes:

- **Colonialismo**

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci... (43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic... (1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 development of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

0 Memos

10:9 economic and social progress and development (16:438 [16:481])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

economic and social progress and development **I Codes:**

- **Universalismo**

Comment by Douglas

Universalismo europeu

10 Quotations:

2:1 acts of terrorism; (5:912 [5:932]) / 3:1 Desiring to supplement the aforementioned provisions so as to enhance... (2:589 [2:706]) / 4:1 The present Convention shall be applied with the cooperation and under... (6:799 [6:983]) / 4:2 The High Contracting Parties undertake, in time of peace as in time of... (21:433 [21:613]) / 10:1 to ensure by the acceptance of principles and the institution of me... (1:836 [1:913]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105 [2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) / 10:6 universal (2:780 [2:788]) / 10:7 universal respect for, and observance of, human rights and fundamental...

(16:636 [16:783]) / 10:9 economic and social progress and development
(16:438 [16:481])

0 Memos

0 Memos

10:10 advancement of the inhabitants of the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022])

PDF quotation

Created by Douglas on 25/02/2017

Content

advancement of the inhabitants of the trust territories, and their progressive development towards self-government or independence as may be appropriate to the particular circumstances of each territory and its peoples and the freely expressed wishes of the peoples concerned, and as may be provided by the terms of each trusteeship agreement; I **Codes:**

- **Colonialismo**

9 Quotations:

1:10 It shall also not be considered as an act harmful to the enemy that ci...
(43:1339 [43:1531]) / 10:2 to employ international machinery for the promotion of the economic...
(1:985 [1:1096]) / 10:3 To be a center for harmonizing the actions of nations in the attainmen... (2:1105
[2:1199]) / 10:4 Membership in the United Nations is open to all other peace-loving... (3:413 [3:490]) /
10:5 The Security Council shall consist of fifteen Members of the Unite... (8:82 [8:386]) / 10:8 develop-
ment of international law and its codification; (6:223 [6:276]) / 10:10 advancement of the inhabitants of
the trust territories, and their pro... (21:675 [21:1022]) / 11:1 the general principles of law recognized
by civilized nations ; (6:2737 [6:2802]) / 11:2 At every election, the electors shall bear in mind not only
that the p... (2:399 [2:707])

0 Memos

0 Memos